



Defensoria Pública
de Mato Grosso do Sul

Nudem

Informativo do Núcleo Institucional de Promoção e Defesa
dos Direitos da Mulher - NUDEM



ANO 2 - Edição nº 5 | Set/Out 2015

Editorial

Essa edição do Boletim Informativo tem como tema central a violência contra as mulheres e a mídia. Chama atenção o fato de muitas vezes a violência contra a mulher estar na propaganda, na cena de novela, no programa de auditório, na manchete ou na forma como se escreve a notícia que serve apenas para desqualificar, depreciar e estereotipar a mulher perpetuando a diferença de gênero enraizada na nossa cultura patriarcal e machista. Por isso se faz tão importante a discussão do papel da mídia na construção da imagem da mulher, de maneira a repensar a atuação de seus agentes, principalmente quando da veiculação de notícias envolvendo casos de violência de gênero, para que contribua de maneira construtiva e não destrutiva na conquista dos direitos. Nesse sentido, em entrevista, o Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Mato Grosso do Sul, fala como as leis de proteção à mulher contribuíram para mudar a imprensa que aos poucos passa a produzir notícias mais humanas e respeitadas em relação às mulheres. Ainda, o NUDEM na capital traz a Reunião do Condege que aconteceu em junho na Casa da Mulher Brasileira, resume o evento em parceria com a Escola Superior da Defensoria Pública que em comemoração aos 09 anos da Lei Maria da Penha, no mês de agosto, tratou da mulher indígena, mulher cigana e feminicídio e também apresenta, em números, o atendimento realizado nos meses de junho e julho pelas quatro Defensorias de Defesa da Mulher de Campo Grande. Já o NUDEM no interior traz as datas e os municípios onde acontecerão as Conferências Municipais de Políticas para Mulheres. E em Direitos, os jornalistas Carla Gavilan Carvalho e Lucas Pellicioni, destacam a responsabilidade da imprensa que tende muitas vezes, até mesmo nos títulos das notícias, justificar a ação do agressor e condenar a mulher que na verdade é a vítima. Boa leitura.

Thaís Dominato Silva Teixeira – Defensora Pública de
Defesa da Mulher.



ENTREVISTA

Geraldo Duarte Ferreira
Presidente do Sindicato dos Jornalistas de MS

“Com otimismo, acredito que em 10 anos vamos consumir notícias com uma linguagem mais humana em relação à mulher”.

A estimativa é do presidente do Sindicato dos Jornalistas de Mato Grosso do Sul, Geraldo Duarte Ferreira, que em entrevista exclusiva ao Informativo Nudem fala a respeito da atuação do Sindicato na defesa dos direitos da mulher na imprensa, da necessidade de sensibilizar os profissionais da comunicação e da importância das últimas conquistas referentes à mulher na legislação brasileira.

Como avalia a representação de notícias que envolvem mulheres na mídia atualmente?

Como o Brasil é um país altamente machista, infelizmente, ainda temos reflexo dessa postura nos meios de comunicação. Tratar a mulher como se fosse um objeto é algo naturalizado na nossa história e que, graças a várias iniciativas e conquistas, tem sido repensado.

Quais as conquistas o senhor elencaria como as que mais afetaram a produção de notícias?

As lutas e garantias do público feminino são louváveis e todas merecem respeito e contribuíram com as garantias que temos hoje. Mas, certamente, a criação da Lei Maria da Penha, a previsão do feminicídio como crime hediondo e o fortalecimento dos órgãos de defesa dos direitos da mulher, a exemplo da Casa da Mulher Brasileira, são avanços significativos que afetam a forma de produzir notícias, ou seja, que forcem mudanças necessárias na imprensa.

O Código de Ética do Jornalista Brasileiro prevê no art. VIII do Cap. II - que dispõe sobre a conduta profissional do jornalista - como dever do profissional da comunicação “respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão”. No entanto, a mídia ainda expõe as mulheres de forma errada nas notícias, não é mesmo?

Sim, é algo lamentável que ainda acontece e é por isso que destaco as leis Maria da Penha e do Feminicídio como garantias importantes para mudarmos a violência contra a mulher, que inclui a violência produzida por essa exposição errônea. Teve que virar lei para a mulher passar a ser respeitada? Infelizmente teve, e acredito que não deve parar por aí, o movimento deve continuar para que outras leis e garantias sejam efetivadas.



A identificação de nomes e da imagem visual de pessoas acusadas e violentadas, de modo geral, é algo mal resolvido na imprensa. Sobre a mulher violentada, o senhor tem uma opinião formada?

É errado, mas eu não acredito em mudanças a curto prazo. É um tipo de tratamento dispensado à mulher na notícia que vai levar um tempo para ser mudado, para a mulher ser mais respeitada nessas publicações.

Quanto tempo, na sua opinião?

Com otimismo, eu acredito que em 10 anos vamos consumir notícias com uma linguagem mais humana e respeitosa em relação à mulher. Isso porque as próprias mulheres e os movimentos sociais devem passar a exigir isso, a questionar essa forma viciosa de publicações. Importante destacar que temos duas vantagens nesse movimento de garantias dos direitos da mulher com a imprensa: primeiro, a mudança no sistema, que tem acontecido a partir da previsão de leis e serviços; segunda, a quantidade de profissionais de imprensa mulheres, que pode e deve nos ajudar a mudar esse quadro. Lembrando que estamos falando de minoria social, como toda minoria, as conquistas são através de lutas e mobilizações.



ENTREVISTA

Geraldo Duarte Ferreira
Presidente do Sindicato dos Jornalistas de MS

Mulheres também cometem violência contra outras mulheres. Será que essas profissionais das redações têm consciência de que podem e devem contribuir com essa mudança na produção de notícias?

Temos uma grande parte dos profissionais das redações, no nosso Estado e no Brasil, ainda muito insensível no que se refere às minorias sociais. É algo que precisa ser revisto desde a formação desse profissional, pois a profissão do jornalista está diretamente relacionada à garantia dos Direitos Humanos. Se ele não aprender isso no período universitário, será muito difícil aprender no mercado de trabalho que ainda absorve um legado machista de comunicação. Penso que todos os profissionais, jornalista, editor, cinegrafista, fotógrafo, produtor, dentre outros, devem buscar o aperfeiçoamento, o conhecimento das leis e lutar por uma sociedade mais justa através dos meios de comunicação. As mulheres, principalmente, porque elas têm condições de colaborar com essa mudança e romper com o machismo, o preconceito e os estereótipos que são reproduzidos nas notícias nos dias de hoje.

Como o Sindicato dos Jornalistas de MS tem atuado na garantia dos direitos das mulheres na imprensa?

Temos nos esforçado em atuar de forma ampla: com a jornalista mulher, com a imprensa e com o Poder Judiciário. Entendendo que há mais mulheres que homens nas redações, acreditamos que poderá ser feito um trabalho mais intenso e de esclarecimento futuramente. No momento, estamos participando de audiências públicas - somente na Capital foram três este ano - eventos regionais, nacionais e internacionais. Além disso, as jornalistas sindicalizadas possuem todo amparo jurídico diante de algum tipo de violência sofrida no ambiente de trabalho. É um compromisso do Sindicato atuar nesse importante movimento de efetivação dos direitos e garantias da mulher no nosso país.



Os membros foram recepcionados pela coordenadora do Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (Nudem) da Defensoria Pública de MS e vice-presidente da Comissão Especial de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher do Condege, Grazielle Carra Dias Ocariz; pelo Subdefensor Público-Geral, Reginaldo Marinho da Silva; e pelo Defensor Público Paulo André Defante. Participaram, ainda, as Defensoras Públicas de Defesa da Mulher Inês Batisti Dantas Vieira e Thais Dominato Silva Teixeira.

No encontro, os (as) Defensores (as) Públicos (as) conversaram com o Subdefensor Público-Geral, Reginaldo Marinho da Silva, sobre o trabalho em parceria com as outras instituições de defesa da mulher.

Os (as) Defensores (as) Públicos (as) de Defesa da Mulher também esclareceram dúvidas quanto ao atendimento da Defensoria Pública estendido à Casa da Mulher Brasileira com o Defensor Público Paulo André Defante, que esteve à frente da Instituição de Mato Grosso do Sul nos últimos quatro anos.

A presidente da Comissão Especial de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher do Condege, Defensora Pública do Estado de São Paulo, Ana Paula de Oliveira Meirelles Lewin, destacou a importância dos membros conhecerem o funcionamento da Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande.

“Agradecemos muito à Defensoria Pública de MS por recepcionar a reunião da Comissão e, principalmente, por ter viabilizado essa visita na Casa da Mulher Brasileira, onde ouvimos os apontamentos da coordenação e dos (as) profissionais que trabalham na unidade. É algo rico para nós que vamos receber a Casa da Mulher nos nossos Estados, pois sabemos que os desafios de instalação e funcionamento serão semelhantes aos de MS”.

A coordenadora do Nudem (MS) detalhou o atendimento na Casa da Mulher Brasileira, comentou sobre a preocupação de toda equipe com o sigilo das informações e pontuou a parceria entre os órgãos.

“Como é a primeira Casa da Mulher Brasileira, é tudo muito novo para todos (as), por isso, estamos constantemente conversando sobre a padronização dos procedimentos e, principalmente, promovendo capacitações. Desde que foi instalada, em fevereiro, foram oferecidos vários cursos para todos (as) os (as) profissionais que estão em contato com nossas assistidas. Na semana passada, por exemplo, a assistente social e a psicóloga do Nudem ministraram um curso sobre violência de gênero para mais de 80 funcionários.

Nudem na Capital

Comissão especial de promoção e defesa dos direitos da mulher do Condege visita a Casa da Mulher Brasileira.

Por Carla Gavilan Carvalho.

A Comissão Especial de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher do Colégio Nacional dos Defensores Públicos-Gerais (Condege) visitou, dia 26 de junho, a Casa da Mulher Brasileira, em Campo Grande.

A visita aconteceu durante a II reunião ordinária da Comissão e teve a presença de representantes de 07 Estados brasileiros e do Distrito Federal.

É fundamental que essa mulher seja acolhida, bem recebida em todos os locais da Casa”, explicou.

A II reunião ordinária da Comissão Especial de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher do Condege discutiu, ainda, o Protocolo de Investigação dos Casos de Violência Doméstica e Familiar (Eurosocial), o Protocolo Feminicídio e a Campanha Nacional “Justiça pela Paz em Casa”.

Nove Anos da Lei Maria da Penha

Nos dias 05, 06 e 07 de agosto foi realizado o evento “Semana de Combate à Violência Contra a Mulher”, uma parceria do NUDEM com a Escola Superior da Defensoria Pública de MS, em comemoração aos nove anos da Lei Maria da Penha.

O evento buscou uma ação articulada entre a Defensoria Pública e toda a rede de proteção referente aos segmentos tratados, visando estratégias de políticas públicas, melhoria e ampliação no atendimento às mulheres e principalmente visou verificar como a Lei Maria da Penha tem atingido estas populações e seus costumes. A Semana contou também com a colaboração da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho (Sedhast) e com as Subsecretarias de Políticas Públicas para as Mulheres, para a População Indígena, e para a Promoção da Igualdade Racial e da Cidadania.

Acesso à saúde, autonomia e garantia dos direitos reprodutivos marcaram os discursos das representantes indígenas de várias aldeias de Mato Grosso do Sul, que participaram do primeiro dia do evento cujo tema foi a Mulher Indígena.



Já no segundo dia a discussão do tema Mulheres Ciganas serviu para esclarecer sobre a cultura, tradições e também para vislumbrar como é a aplicação da Lei Maria da Penha nesta comunidade. A principal questão discutida foi como conciliar os costumes com a aplicação das leis e se é mesmo possível esta conciliação.



No terceiro e último dia da Semana de Combate a Violência contra a Mulher o tema foi a capacitação sobre Feminicídio e o Protocolo da ONU. Teve como palestrante a representante da ONU e Pós-Doutora em Estudos de Gênero, Wania Pasinato.



Nudem no Interior

Conferências Municipais e Intermunicipais de Políticas para Mulheres.

As Conferências Municipais e Intermunicipais foram e vêm sendo realizadas em diversos municípios do Estado e reúnem representantes, entre governo e sociedade civil, que elegem as propostas de políticas públicas para mulheres a serem encaminhadas para as conferências Estadual, e, posteriormente, encaminhadas para a conferência Nacional através das delegações que serão eleitas.

O objetivo das conferências municipais é a discussão de propostas de cada região demonstradas através das necessidades das comunidades em relação às políticas públicas sociais voltadas às mulheres, realizando a importante avaliação do que já está em desenvolvimento e definindo estratégias e novas ações para avançar, apontando os caminhos e os mecanismos que irão contribuir para o fortalecimento destas políticas.

Os temas dos eixos a serem discutidos na conferência são: Contribuição dos Conselhos de Direitos da Mulher e dos Movimentos Feministas e de Mulheres para a efetivação da Igualdade de Direitos e Oportunidades; Estruturas Institucionais e Políticas Públicas Desenvolvidas para Mulheres no Âmbito Municipal, Estadual e Federal: Avanços e Desafios; Sistema Político com Participação das Mulheres e Igualdade; Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres.

Os (as) defensores (as) públicos (as) Inês Batisti Dantas Vieira (Dourados); Maria Clara de Moraes Porírio (Corumbá); Thaísa Raquel Medeiros de Albuquerque Defante (Sidrolândia); e Thales Chalub (Maracaju) participaram ativamente das conferências de seus municípios.

Em Dourados, segunda maior cidade do estado, foi realizada a 1.º Conferência Intermunicipal de Políticas Públicas para as Mulheres, na sexta-feira dia 14 de agosto e reuniu centenas de representantes de entidades da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher de Dourados, Rio Brilhante, Caarapó e Douradina. A Defensora Pública de Defesa da Mulher de Dourados, Inês Batisti Dantas Vieira, proferiu a palestra Magna do Evento, com o tema “Mais direitos, participação e poder para as mulheres” e foi eleita delegada.



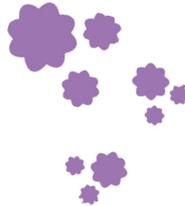
Já a 4.º Conferência Municipal de Políticas Públicas de Corumbá foi realizada no dia 04 de agosto, e teve a efetiva participação da Defensoria Pública através da defensora Maria Clara de Moraes Porírio, que auxiliou na preparação do evento e atuou nas reuniões e sugestões para realização da conferência. A defensora ficou responsável pelo eixo IV que teve como fito maior a discussão sobre os subsídios aplicados para garantir os direitos das mulheres.



Em Sidrolândia a atuação da Defensora Pública, Thaísa Raquel Medeiros de Albuquerque Defante, foi destaque na 3.º Conferência Municipal e seu discurso serviu de alerta para tudo que ainda deve ser conquistado pelas mulheres que enfrentam a batalha de viver em um Universo completamente machista e discriminador.



Em Maracaju a conferência contou com a ativa participação do Defensor Público, Thales Chalub, que compôs a mesa de autoridades. A conferência também reuniu mulheres de movimentos sociais, indígenas, quilombolas, artesãs, assentadas, da cidade e do distrito de Vista Alegre no auditório do Centro Conviver, no dia 05 de agosto. Mais de 100 mulheres participaram do evento, discutindo políticas públicas e ações que possam resultar em benefícios concretos na dignidade e reconhecimento perante a sociedade.



Agenda

SETEMBRO:

CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DE POLÍTICAS PARA MULHERES

- 03/09 - Aquidauana
- 04/09 - Naviraí
- 10/09 - Nova Alvorada do Sul
- 11/09 - Nioaque
- 15/09 - São Gabriel do Oeste
- 16/09 - Amambai
- 18/09 - Campo Grande

FILME:

Mulheres brasileiras - do ícone midiático à realidade:

O curta-metragem, disponível para visualização gratuita no canal do YouTube, entrevista várias feministas e especialistas para mostrar como as mulheres brasileiras são constantemente “coisificadas” para promover a venda de produtos e a conquista de audiência. Uma das questões abordadas no vídeo é o grande impacto negativo que a concentração midiática em poucas (e poderosas) mãos tem na construção de estereótipos e padrões femininos que não representam nem de longe a imensa diversidade do país.

LIVRO:

Criminologia Feminista - Novos Paradigmas:

O livro traz a evolução da ciência criminológica e seus paradigmas e situa o papel de extrema submissão da mulher, em todos os níveis, no decorrer da história (desde o século XVIII), mostrando como isso influenciou na visão preconceituosa de sua imagem nos tempos de hoje. Em seguida, destaca a evolução dos diferentes poderes que se articularam (e alguns ainda se articulam) para a criminalização e vitimização das mulheres (intitulados de “custódia” da mulher o conjunto de tudo o se faz para reprimir, vigiar e encarcerá-la). Demonstra-se que, ao longo da história, a mulher teve papel de mero “objeto” da política criminal, tanto por motivos religiosos, como médicos e até jurídicos.”



Fatos Notícias

Brasil de Fato – 05/08/2015

Feministas criticam preconceito da mídia com fontes mulheres. Comunicadoras militantes participaram de debate em São Paulo na ocasião do lançamento do novo site da SOF. A Sempre Viva Organização Feminista (SOF) está de site novo: www.sof.org.br. Para o lançamento da plataforma, nesta terça-feira (4) na capital paulista, a entidade promoveu um debate sobre comunicação feminista com militantes de movimentos sociais, blogueiras e jornalistas. Bruna Provazi, da Marcha Mundial de Mulheres, concordou que a internet é uma aliada importante, já que a grande imprensa “não se interessa pelo o que as mulheres produzem”. A militante lamentou que ainda seja um recurso “elitista e excludente”. Acredita ainda que as mulheres devem “lutar pelo direito de se comunicar” e que “não basta só comunicar, temos que ter acesso aos meios. Uma internet de qualidade e gratuita, por exemplo”. Ela ainda critica a imprensa tradicional, a qual chama de “velha mídia”, por procurar apenas homens como fontes de informação. “As mulheres só são fontes em dois casos: quando o assunto é cuidados da casa ou a esfera estudantil. Temos que pensar em mulheres como fontes.”

Midiamax – 18/06/2015

Audiência Pública discute como a mídia trata da violência contra as mulheres. Homicídios contra mulher são causados após anos de agressão. Durante a tarde desta quinta-feira (18) mulheres de vários movimentos e entidades discutiram em uma audiência pública realizada na Assembleia Legislativa como a mídia trata os crimes cometidos contra mulheres. Com base nos dados que vem aumentando os representantes de diversas entidades buscam o apoio da imprensa para combater os crimes contra as mulheres. Proposta pelo deputado Pedro Kemp (PT), audiência debateu também a lei que torna crime hediondo o homicídio contra mulheres. Segundo dados do governo federal, o Estado é o quinto em assassinatos de mulheres e o segundo com maior número de estupros, superando São Paulo e Rio de Janeiro. Em 2014, o índice aumentou 51,35%.

O Globo - 04/08/2015

Iniciativas independentes combatem o machismo nas propagandas de cerveja. De bebida com rótulo feminista a documentário, projetos questionam imagem da mulher divulgada pelas marcas. Tente lembrar de um comercial de cerveja. É bem possível que ele contenha uma mulher de corpo escultural desfilando na frente de um grupo de homens que, enquanto isso, babam ou fazem piadas. Mas algumas iniciativas estão a fim de mudar esse cenário. As três publicitárias criadoras da Cerveja Feminista, cujo primeiro lote de mil garrafas foi lançado no mês passado, querem colocar a discussão na mesa. Maria Guimarães, Thais Sabres e Larissa Vaz ultimamente já vinham debatendo sobre o machismo na publicidade de cerveja, e tinham a vontade de tomar alguma atitude para combater essa lógica.

Campo Grande News – 07/07/2015

Como se não bastasse à violência doméstica, com as redes sociais a mulher sofre com a virtual. Grupos de WhatsApp detonam e expõem mulheres por fotos e montagens. Para a psicóloga do Nudem (Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher), da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul, Keila de Oliveira Antônio, a questão não é nem colocar a família ou namorada no lugar. “Você não deve fazer isso com ninguém. O fato, na visão da Defensoria, é uma violência contra a mulher e a sua intimidade”. “É uma imagem que ela não permitiu a divulgação, ainda mais se acrescentando um conteúdo machista”, frisa a defensora Grazielle Carra Dias Ocáriz.

R7 - 16/08/2015

Mulheres do DF usam rap para combater machismo e garantir espaço no meio musical. Só depois de entrar no “Donas da Rima”, rappers do DF conseguiram mais espaço em festivais. Um grupo de mulheres rappers tem feito sucesso no Distrito Federal. Com letras fortes, elas falam sobre violência doméstica e assumem uma posição de combate ao machismo. Para elas, a mulher precisa de mais espaço em todos os ambientes em que circulam, inclusive no Rap, onde relatam que só após a formação do grupo conseguiram a visibilidade que os homens têm. Foi pensando em garantir o seu espaço que Julyana Duarte criou o projeto Donas da Rima, no final de 2012, e uniu outras dez garotas com pensamentos semelhantes para mostrar que o machismo ainda existe e chamar a população para combatê-lo.

Datas Comemorativas

SETEMBRO

05/09 - Dia Internacional da Mulher Indígena

06/09 - Dia Internacional pela Ação pela Igualdade da Mulher

14/09 - Dia latino-americano da imagem da mulher nos meios de comunicação

23/09 - Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças

28/09 - Dia pela Descriminalização do aborto na América e Caribe

29/09 - Dia da Visibilidade Lésbica

OUTUBRO

01/10 - Dia Nacional de Doação do Leite Humano

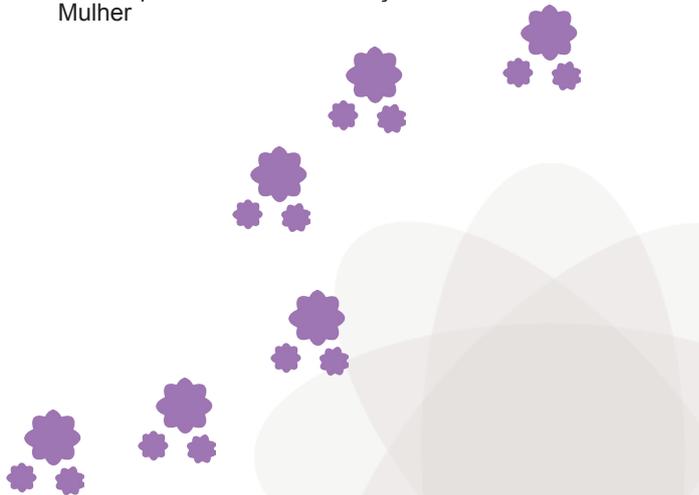
10/10 – Dia Nacional de Luta contra a Violência à Mulher

11/10 - Dia Internacional das Meninas

12 a 18/10 - Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância

15/10 - Dia Mundial da Mulher Rural

25/10 – Dia Internacional contra a Exploração da Mulher Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher



Atendimento Bimestral

Os dados apresentados são o total do atendimento das quatro Defensorias de Defesa da Mulher de Campo Grande/MS, compreendendo os atendimentos na Unidade Horto da Defensoria Pública, da Casa da Mulher Brasileira e os atendimentos nas audiências criminais, semanalmente, de segunda à quinta-feira. Às sextas-feiras os trabalhos são internos, havendo atendimento somente dos casos urgentes.

Esse informativo será publicado mensalmente no site do nudem (<http://sistemas.defensoria.ms.gov.br/nudem/#/>) e bimestralmente no Boletim Informativo tendo como objetivo divulgar as estatísticas de atendimento à mulher na capital.

JUNHO



Atendimento NUDEM - Unidade Horto

total: 185

média diária: 11,56

Atendimento NUDEM - Casa da Mulher Brasileira

total: 120

média diária: 7,5

Atendimento em Audiência

total: 334

média diária: 20,87

Atendimento Equipe Psicossocial

total: 32

Visitas Equipe Psicossocial

total: 02

Audiências Criminais

total: 502

média diária: 31,37

Total de Atendimento: 673

Média Diária: 42,06

JULHO



Atendimento NUDEM - Unidade Horto

total: 164

média diária: 9,1

Atendimento NUDEM - Casa da Mulher Brasileira

total: 155

média diária: 8,6

Atendimento em Audiência

total: 152

média diária: 8,4

Atendimento Equipe Psicossocial

total: 44

Visitas Equipe Psicossocial

total: 04

Audiências Criminais

total: 386

média diária: 21,4

Total de Atendimento: 515

Média Diária: 28,61

Mitos

ZINE DOS OMI

Uma página criada por quatro jovens vem criando polêmica nas redes sociais, com o objetivo de debater sobre temas relacionados ao machismo, a desigualdade entre os gêneros e principalmente demonstrar como a mídia e as revistas voltadas às mulheres tratam de temas irrelevantes e que auxiliam na manutenção do patriarcalismo brasileiro.

As jovens recriam capas de revistas femininas como se fossem revistas voltadas ao público masculino e trazem a seguinte explicação:

“O objetivo aqui não é fazer uma revanchezinha ou qualquer atitude infantil desse gênero, até porque isso seria uma falta de simetria imensa. O que tentamos passar com as nossas capas é exatamente o estranhamento, a sensação de algo forçado, ridículo e exagerado, em uma crítica direta às revistas femininas que encontramos por aí. Trazemos também a reflexão: se como homem você se sente ofendido com tudo isso, porque isso tem que ser aceito pelas mulheres? Porque vc se sente no direito de criticar o corpo da mulher e se sentir ofendido quando vc é tratado do mesmo jeito? Editora Zine dos Omi: se você não diria isso ao homem, porque diria à mulher?”

A proposta de reflexão é feita à sociedade na tentativa de conscientizar a todos e principalmente às mulheres de que aceitar essas questões e situações é uma forma de perpetuar o machismo.



PATERNIDADE

Ser Pai é um dom.

Mães que são puro amor!

elas brincam, levam para passear e até ajudam você a trocar as fraldas dos filhos

PAPAI: mãos a obra!

dicas de decoração para fazer na festa do seu filho! E a mamãe ajuda enchendo balão!

40 Dicas de como emagrecer e nem parecer que você acabou de ser PAPAI!

Nhami Nhami receitas de papinha rápidas e práticas para o pai com jornada **DURLA!!**

Noites sem dormir

"Depois que o bebê nasceu estou cansado e não consigo dormir, o que fazer para a minha mulher ajudar e entender que o filho é dos dois?"

Nossa Terapeuta responde

Editora Zine dos Omi

Concorra a um BUFFET COMPLETO!!! EDITORA ZINE DOS OMI

noivo

seu sonho realizado

SAIBA COMO CONVINCE-LA A DEIXAR QUE VOCÊ MANTENHA SEU SOBRENOME

BATEU O NERVOSO? DICAS DE COMO ENCARAR O NERVOSISMO DE SE ENTREGAR NA PRIMEIRA NOITE E NÃO DECEPCIONAR

CUECAS PODEROSAS PARA USAR DEBAIXO DO TERNO E SEDUZIR NA NOITE DE NUPCIAS

TERNOS DE NOIVO VEJA OS MODELOS INSPIRADOS EM PRINCIPES ENCANTADOS

415 IDEIAS para realizar o CASAMENTO DOS SONHOS

O LOOK CERTO PARA A NOIVA E A FAMÍLIA, PADRINHO E AMIGOS E AS NOVIDADES EM ACESSÓRIOS, ALIANÇAS, JOIAS, CONVITES, DOCINHOS, BOLOS E BEM-CASADOS.

Fonte: <https://www.facebook.com/pages/Zine-dos-Omi/493572250806620?fref=ts>

Direitos

A mulher-notícia.

Carla Gavilan Carvalho

Lucas Pellicioni

O primeiro ano de faculdade do curso de Comunicação Social é crucial para todo acadêmico, sendo praticamente a "peneira" da graduação. Com uma imensa demanda de leituras de áreas distintas do conhecimento, torna-se o período em que muitos desistem da profissão. Isso acontece porque o imaginário da profissão de jornalista é coroado por microfones, máquinas fotográficas e televisão, equipamentos técnicos que durante o curso aprendemos a manusear nos semestres posteriores¹.

A técnica vem depois das leituras porque é imprescindível a um profissional da comunicação saber interpretar para registrar e noticiar. Mas interpretar exige tempo, leituras, desprendimento e desconstrução. São exercícios que não somos educados a fazer antes de um curso universitário, principalmente, na área de Ciências Humanas.

Permanece na faculdade após o primeiro ano quem se identifica muito com a proposta de assumir a responsabilidade de ser um comunicador social. Não é algo fácil, mesmo almejando a profissão, estamos em um Estado que chega a pagar o salário MENSAL de R\$ 700 a um jornalista. Os fins não podem justificar os meios e a desvalorização da carreira é um assunto a parte, mas é importante deixar esse entrave registrado.

Quem permanece na cadeira do curso e segue com as desconstruções aprende como frases, termos, enunciados de uma notícia podem legitimar ou enfraquecer preconceitos.

Aprendemos que não somos responsáveis absolutos pelo comportamento e opinião das massas, conforme defende a Teoria Funcionalista ou da Agulha Hipodérmica, já que todo indivíduo tem sua bagagem de vida, intelectual, cultural e social, e seus grupos de referência em consumo. Mesmo assim, existe sim uma grande responsabilidade, a de lutar contra os discursos que incitam a violência e os que são contrários aos dispositivos previstos pelos Direitos Humanos, como a misoginia.

Em uma breve análise nas manchetes dos principais veículos de comunicação de Mato Grosso do Sul e do Brasil é possível evidenciar que, enquanto jornalistas, não estamos cumprindo com esse propósito. Poucas são as editorias que reavaliam títulos, frases e a estrutura da notícia ao divulgar casos relacionados à violência doméstica.

De formas subjetivas e objetivas, seja em veículos de esquerda ou de direita, ainda expomos mulheres agredidas, as julgamos, subjugamos e defendemos o homem agressor.

Ironicamente, nos preocupamos com os casos que envolvem crianças. Não divulgamos o nome, porque é considerado um tipo de violência contra os direitos da infância e juventude, mas identificamos a mãe, a forma com que ela foi espancada e/ou assassinada, em quais circunstâncias e, se possível, todo o histórico do quanto a mulher foi avisada "de que o agressor não era uma boa companhia".

Essa avaliação das mensagens que uma pequena notícia pode transmitir é algo possível através da análise do discurso, uma prática especializada das áreas da linguística e da comunicação social que pesquisa as construções ideológicas inseridas em um texto.

O jornalista-agressor

Esse artigo tem como proposta refletir sobre como a mídia também agride a mulher através de notícias tendenciosas que trazem, desde o enunciado (título), construções narrativas que incitam a violência de gênero.

Para isso, selecionamos como referência os trabalhos de Michel Foucault, um dos pensadores contemporâneos que mais se debruçou sobre os estudos da análise do discurso. Na obra *A Arqueologia do Saber* (1986), Foucault afirma que analisar o discurso é considerar as relações históricas e os posicionamentos consolidados que aparecem nas narrativas oficiais.

Sobre o enunciado, Foucault diz: “É necessária uma certa conversão do olhar e da atitude para poder reconhecê-lo e considerá-lo em si mesmo”. (*A Arqueologia do Saber*, p. 126).

O discurso enquanto prática social também é profundamente investigado, mais tarde, no livro *Vigiar e Punir* (2001), mas é na célebre aula de posse no Collège de France, intitulada “Ordem do discurso”, que o pensador pós-estruturalista infere a tônica de que o discurso sempre irá se produzir a partir das relações de poder, justamente o que acontece na produção e veiculação de notícias sobre a violência contra a mulher.

Vamos avaliar como, em poucas palavras e em frases curtas, legitimamos o homem como proprietário da mulher, e a mulher como posse do homem.

“Marido desconfia de mulher falando ao celular, a agride e vai preso”. *Campo Grande News*. 12/07/2015. (Grifos da autora).

Ao ler a notícia na íntegra, o leitor é informado de que a mulher, que é apresentada no enunciado ‘falando ao celular’, teve o rosto desfigurado de tantos socos cometidos pelo agressor, além de ter ficado com o corpo todo machucado por causa dos chutes.

A ação “a agride” fica praticamente escondida no título, é transformada em um detalhe. Caso o agressor tivesse matado a mulher, era só trocar o verbo: “Marido desconfia de mulher falando ao celular, mata e vai preso”.

A informação apreendida da notícia, desde o enunciado, é a de que o homem agrediu porque estava desconfiado. Em uma frase de doze palavras o jornalista proporciona ao agressor a prerrogativa da desconfiança para cometer a violência: “Marido desconfia...”.

Para muitas pessoas, esse tipo de análise é teoria da conspiração. No entanto, não podemos nos esquecer que até pouco tempo muitos homens foram absolvidos de agressões e mortes contra mulheres porque tinham a legislação a favor deles.

Era “a legítima defesa da honra”, interpretação do artigo 27 do antigo Código Penal (1890-1940), alterado após muita luta do movimento feminista, que garantiu no atual Código Penal o artigo 28 a previsão: “Não excluem a imputabilidade penal: I - a emoção ou a paixão”.

Mais que isso, o feminismo e demais movimentos sociais conseguiram fazer com que o novo texto passasse a determinar, com muita propriedade, que cometer crime sob o argumento ciúme (motivo utilizado por décadas), deveria ser interpretado como motivo fútil, sendo uma, em muitos casos, um agravante.

Mas, embora o Direito tenha acatado essa necessidade de mudança e de olhar sobre a violência contra a mulher, o antigo Código ainda não foi sepultado das redações de jornalismo, que continuam justificando a honra do homem de diferentes formas.

“Um homem foi preso em flagrante na cidade de Mundo Novo, cidade a 476 quilômetros de Campo Grande, depois de espancar a esposa porque ela estava falando com outra

pessoa em seu celular. O suspeito de 45 anos assegurou que a vítima, 28, estaria marcando um encontro com seu amante”. *Campo Grande News*. 12/07/2015. (Grifos da autora).

Vejamos o texto da notícia:

Mesmo tendo cometido algo tão terrível, na matéria jornalística o agressor recebe mais atenção que a mulher espancada. Não há relevância alguma em informar que a desconfiança do marido “assegurou”, assim como não há provas suficientes para divulgar que a mulher “estaria marcando um encontro com seu amante”.

Embora seja uma notícia do site *Campo Grande News*, o mesmo caso e casos semelhantes foram e são divulgados todos os dias da mesma maneira por diferentes veículos de comunicação, como dissemos anteriormente, em *Mato Grosso do Sul* e em todos os outros Estados brasileiros.

Expor a mulher como “causadora” do ato de violência é algo preestabelecido no jornalismo e, de acordo com Foucault, isso acontece porque há em nossa sociedade certas normas que definem a posição e o comportamento dos indivíduos nos enunciados. É como se, no diálogo, o sistema de comunicação de massa estivesse condicionado a posicionar um tipo de indivíduo no seu ‘tipo’ de papel.

No exemplo apresentado, seria: o jornalista, condicionado a narrar o fato situando a mulher como propriedade do homem; e o leitor, condicionado na expectativa de, ao clicar no título da reportagem, ler que é mais um caso de violência contra a mulher, causado por ciúmes de um marido que “flagra” a esposa no celular com o amante.

“Os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte, também políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos”. (*Vigiar e Punir*, p.39).

Além da falta de respeito e sensibilidade do jornalista e responsáveis pelos veículos de comunicação, essa forma cruel da mídia reproduzir casos de violência doméstica também é produto da rotina de produção de notícias, o nosso “newsmaking”.

Uma das principais atividades diárias de uma redação de notícias é a “ronda”: consultar as ocorrências policiais através do sistema próprio da polícia, o S.I.G.O., ou diretamente nas delegacias.

Com tal prática da profissão aliada à pressa em atender o lide e o tempo, o boletim de ocorrência tornou-se o resguardo para qualquer publicação e é, nos dias de hoje, uma das principais fontes oficiais de notícias.

“Segundo o boletim de ocorrência, o suspeito tem 22 anos e estaria embriagado quando agrediu a companheira”. (G1 - *Mato Grosso do Sul* - 20/04/2015). (Grifos da autora).

Reproduzir o boletim de ocorrência sem filtragem, conferindo à polícia o poder de confirmar a veracidade do caso, para Foucault, é confirmar que vivemos em uma sociedade vigiada e controlada pelo panoptismo. “Um modelo generalizável de funcionamento, uma maneira de definir as relações do poder com a vida cotidiana dos homens” (Foucault, p. 169; 170).

Apesar de vivermos em uma sociedade democrática, esses mecanismos de hierarquização do poder, o panoptismo, é uma forma de poder sutil controlado por instituições, como a polícia, escolas, hospitais, família, igreja, dentre outras. É como se essas instituições reforçassem discursos legitimadores.

Embora a comunicação de massa não apareça nos estudos de Foucault de forma explícita, a imprensa é a grande responsável por divulgar e disseminar tais discursos, como o exemplo da ronda jornalística.

No título acima, informar que o agressor estava embriagado é mais uma forma de justificar a agressão do homem, não há outra necessidade para citar o estado de lucidez dele na informação senão essa. Certamente, a função de também conferir à polícia, através do boletim de ocorrência, o poder de ser uma fonte oficial de informações para a sociedade.

No caso a seguir, temos outro título com 13 palavras que cumprem, mais uma vez, o ofício de absolver o agressor.

"Marido chega em casa e, furioso, esfaqueia mulher e amigo que bebiam juntos". Correio do Estado. 6/07/2015. (Grifos da autora).

Primeiramente, ao informar o estado emocional do agressor, "furioso", a notícia infere que o homem não estava em seu juízo normal de consciência, pois, ficou "fora de si".

Além disso, impossível não questionar: qual a relevância de publicar que "a mulher estava com amigo e que bebiam juntos"? Divulgar esse tipo de informação é provocar o entendimento coletivo de que a agressão é justificada, pois "além de estar bebendo, ela estava na companhia de uma pessoa que não era o marido dela".

Por fim, temos o fato de uma mulher ter sido esfaqueada. O que, mais uma vez, desaparece da notícia.

Como é possível avaliar, em todos os exemplos apresentados, a mulher agredida não é a prioridade da informação para nenhum dos veículos de comunicação citados.

A imprensa e o poder

O fato é que também sustentamos esse consumo de violência contra a mulher. Sites vivem de 'cliques', quantos mais acessos, maior o valor da publicidade para os anunciantes. Por isso, os títulos são a maior 'isca' para a contabilidade de uma empresa.

Se retirarmos a figura feminina sendo maltratada dos títulos de veiculação sobre violência contra a mulher não haverá interesse na maioria das notícias. "Homem agride e vai preso".

Mas, então: Consumimos essas notícias porque são assim, ou são assim porque as consumimos?

Sem estacionarmos no comodismo de não encontrar o responsável por tanta violência contra a mulher produzida pela imprensa, ora é o jornalista que quer atender o seu "leitor-modelo"², ora a população de massa que consome, é primordial destacar que a profissão do jornalista tem, conforme art. 4º do Código de Ética do Jornalista Brasileiro (CEJB), "o compromisso fundamental com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação" (grifo da autora).

Entende-se por correta divulgação o respeito ao "direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão", como também determina o CEJB no art. 6º § VIII.

Para que não haja dúvidas a respeito da responsabilidade de produzir e veicular notícias, o Código detalha no Capítulo II - que trata da conduta profissional do jornalista, o quanto a profissão está intimamente relacionada à garantia dos Direitos Humanos, com atenção especial às minorias sociais, dentre elas, as mulheres.

Art. 6º É dever do jornalista - "§ XI defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias". (grifo da autora).

Portanto, o compromisso do jornalista não é somente com o leitor da notícia, mas também com quem faz parte dela. Quando o furo de reportagem, o sensacional, a manchete exclusiva são produzidos a partir da exposição desrespeitosa da mulher violentada e/ou a partir da legitimação machista, para atender o anseio de um público que alimenta esse sistema, o jornalista e os responsáveis pelo veículo de comunicação são tão cruéis quanto o agressor, e assim como este, devem ser responsabilizados.

Quanto à graduação do curso de Jornalismo, seria interessante aos órgãos competentes avaliar a forma com que a grade curricular das faculdades tem sido ministrada e desenvolvida nas faculdades, públicas e privadas, para, então, chegarmos a conclusão de que, diante de tanta violência cometida pela mídia, talvez fosse prudente para muitos outros acadêmicos desistir da profissão já no primeiro ano, pois manusear a câmera e o gravador de um celular é função que até um chimpanzé sabe fazer. Publicar é se responsabilizar.

Carla Gavilan Carvalho - Jornalista formada pelo curso de Comunicação Social-Habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e mestra em Estudos de Cultura Contemporânea pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT/ECCO).

Lucas Pellicioni - Formado em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Assessor de imprensa da Defensoria Pública de MS.

Notas

1 A descrição da grade curricular citada refere-se ao curso de Comunicação Social-Habilitação em Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

2 Leitor-Modelo é um ensaio de Umberto Eco presente no livro "Lector in fabula" (1979). Dentre outras análises, Eco discorre sobre o papel do leitor nos textos narrativos, considerando a expectativa do autor em relação ao leitor e vice-versa.

Referências Bibliográficas

Código de Ética do dos Jornalistas Brasileiros. Federação Nacional dos Jornalistas. FENAJ. Endereço eletrônico: http://www.fenaj.org.br/arquivos/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf

ECO, Umberto. Lector in fabula. São Paulo: Perspectiva, 1988.

FOUCAULT, M. A Arqueologia d o saber. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

_____. Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão. 24. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

Marido chega em casa e, furioso, esfaqueia mulher e amigo que bebiam juntos. Correio do Estado. Publicação: 6/07/2015. Acesso dia: 6/07/2015.

Endereço eletrônico: <http://www.correiodoestado.com.br/cidades/corumba/marido-chega-em-casa-e-furioso-esfaqueia-mulher-e-amigo-que-bebiam/251461/>

Mulher é agredida a golpes de facão pelo marido em MS, diz polícia. Publicação: 20/04/2015. Acesso dia: 20/04/2015.

Endereço eletrônico: <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2015/04/mulher-e-agredida-golpes-de-facao-pelo-marido-em-ms-diz-policia.html>

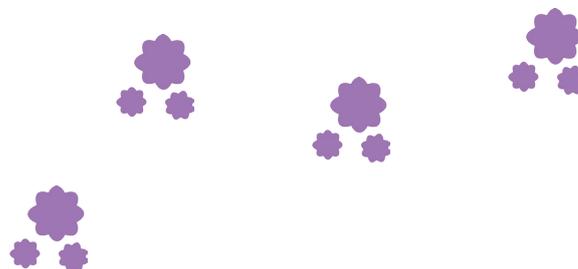
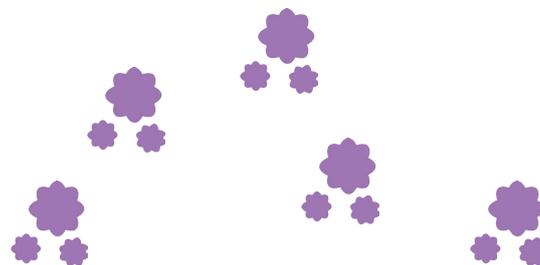
PRADO, Filipe. Marido desconfia de mulher falando ao celular, a agride e vai preso. Site de notícias Campo Grande News. Publicação: 12/07/2015. Acesso dia 12/07/2015.

Endereço eletrônico: <http://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/marido-desconfia-de-mulher-falando-ao-celular-a-agride-e-vai-preso>

DENUNCIE 




Violência contra a mulher:
Você pode combater
a impunidade.



Expediente



Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul
Defensoria Pública-Geral do Estado
Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher
NUDEM

Luciano Montalli
Defensor Público-Geral

Reginaldo Marinho da Silva
Subdefensor Público-Geral do Estado

Carmen Sílvia Almeida Garcia
2ª Subdefensora Pública-Geral do Estado

Thais Dominato Silva Teixeira
1.ª DPE de Defesa da Mulher / Coordenadora do NUDEM em exercício
Responsável pelo Informativo NUDEM.

Colaboradores desta edição:

Carla Gavilan Carvalho – Assessora de Imprensa.

Geraldo Duarte Ferreira – Presidente do Sindicato dos Jornalistas de Mato Grosso do Sul.

Inês Batisti Dantas Vieira – Defensora Pública de Defesa da Mulher, lotada na comarca de Dourados/MS.

Lucas Pellicioni - Assessor de Imprensa.

Maria Clara de Moraes Porírio – Defensora Pública de Defesa da Mulher, lotada na comarca de Corumbá/MS.

Natália Gonçalves Lemos - Assessora Jurídica.

Thais Dominato Silva Teixeira – Defensora Pública, lotada na 1.ª Defensoria de Defesa da Mulher de Campo Grande/MS.

E-mail: thaisd@defensoria.ms.gov.br

Arte: **Moema Urquiza** - Assessoria ao Gabinete DPGE-MS
Diagramação e Arte: **Humberto Nadeu Bijos e Natália Gonçalves Lemos**

Escola Superior da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul
Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher/NUDEM
Rua Raul Pires Barbosa, 1.519 - Bairro Chácara Cachoeira
79040-150 - Campo Grande-MS
Email: nudem@defensoria.ms.gov.br
Fone: (67) 3317-4427

Defensorias Públicas de Defesa da Mulher - Unidade Horto.
Rua Joel Dibo, 238 - Centro
79002-060 - Campo Grande-MS
Fone: (67) 3313-5943

Defensoria Pública de Defesa da Mulher - Casa da Mulher Brasileira
Rua Brasília, S/N, Lote 10A, Quadra 2 - Jardim Imá
Campo Grande-MS
Fone: (67) 3304-7589